



EDUCAÇÃO EM CONTEXTO PANDÊMICO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA 9ª DIRETORIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA DO RN

Lidiane Noberto de Medeiros¹

RESUMO

Neste artigo, aborda-se alguns dos desafios enfrentados pelas escolas, em manter o currículo e a implementação da BNCC, durante o regime transitório e excepcional, da suspensão das atividades educacionais presenciais. O objetivo é discutir, a partir de uma abordagem qualitativa, os desafios e as soluções inabituais criadas como alternativas para reduzir os efeitos dessa situação inédita, no âmbito dos estabelecimentos de ensino da rede estadual do RN, circunscritos a 9ª Diretoria Regional da Educação e da Cultura. Através da autoria e autonomia as escolas, nas práticas das atividades não presenciais em 2020, produziram-se inovações, práticas com métodos ativos de aprendizagem, inserção de TDICs e evidências metodológicas de um novo movimento curricular emergencial gerado ao longo do percurso de construção da educação remota. Refletiremos por meio da construção textual documental e revisão bibliográfica o argumento que as escolas podem mobilizar os seus sujeitos por meio da flexibilidade cognitiva e por meio de um papel proativo nas práticas de currículo, levantando algumas questões fundamentais quanto a sua inserção potencial nas práticas da cultura digital, marcada como competências exigidas e vivenciadas na atual dinâmica social.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Remoto. Contexto pandêmico. Currículo.

1 INTRODUÇÃO

Para o ano de 2020, na educação brasileira, está planejado a renovação e consolidação dos currículos escolares em práticas aplicadas aos projetos políticos pedagógicos das escolas. Trata-se, em planejamento nacional, da controvérsia de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estava prevista desde a Constituição Federal de 1988. A BNCC define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preconiza o Plano Nacional de Educação (MEC, 2017, p. 07).

Em virtude da crise sanitária provocada pela pandemia e disseminação do Sars-Cov-2, conhecido por Novo Coronavírus (COVID – 19) os planos das escolas apresentam novas e excepcionais narrativas e precisaram ser modificados, reconstruídos, repensados, inovados, pois a oferta da educação presencial tornou-se um problema complexo sem solução linear em

¹ Professora Especialista e Assessora Pedagógica, 9ª DIREC/SEEC/RN - lidianenoberto22@gmail.com



todo o mundo. Desde que a Organização das Nações Unidas (OMS), no dia 11 de março do ano de 2020, declarou a disseminação da pandemia, na qual 9 em cada 10 estudantes estão temporariamente fora da escola. Já são 91% do total de estudantes do mundo e mais de 95% da América Latina. Após essa declaração, na perspectiva de evitar e combater o avanço da doença recomendações emergenciais foram orientadas mundialmente, dentre as principais, o distanciamento social, considerado o método mais eficaz.

Seguida da primeira publicação do CEE/RN a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer normatizou a inclusão de atividades não presenciais na Rede Pública de Ensino do Rio Grande do Norte, através dos fundamentos dos Decretos e das Portarias -SEI: 184/2020 de 04/05/2020, e Portaria-SEI N° 368, de 22/07/2020, que tratam das Normas para Reorganização do Planejamento Curricular do ano de 2020, com a finalidade de orientar os Planos de Atividades das Escolas, em regime excepcional e transitório, durante o período de isolamento social motivado pela pandemia da COVID-19. A partir desse contexto, inicia-se na rede estadual de ensino do RN, a prática do Ensino Remoto. O Ensino Remoto Emergencial (ERE)

“Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para as aulas previamente elaboradas no formato presencial, podem ser combinadas para momentos híbridos ao longo da crise, em situações de retorno parcial das aulas e quantitativo de alunos e possuem duração delimitada pelo tempo em que a crise se mantiver. A educação remota emergencial pode ser apresentada em tempo semelhante à educação presencial, como a transmissão em horários específicos das aulas dos professores, nos formatos de lives”. (ARRUDA, 2020, p. 9-10).

Com no exposto, compreendemos que o Ensino Remoto contempla um conjunto de atividades de ensino aprendizagem diversificadas, que podem incluir desde vídeo aulas, leitura de livros, ensino via TV, via rádio ou ensino *online* por meio da Escola Digital do SIGEDUC, interação professor-aluno em plataforma própria da rede de ensino estadual do RN até atividades impressas enviadas aos estudantes.

Diante dessa condição, a escola certamente não será a mesma. Configurou-se uma nova realidade da narrativa nas escolas brasileiras. As variadas redes de ensino da Educação Básica, passam atualmente por um viés de inovação, formações docentes *online* e de muita criatividade a partir dos sujeitos da educação. Repensa-se formas de alcance dos estudantes e dos espaços virtuais, lida-se com os sentimentos, com as formas de se relacionar com os outros, apenas na condição de distância, define-se prioridades pedagógicas, mantém-se canais de comunicação direta e constante com a comunidade escolar, desenvolve-se a colaboração, a criatividade, o



pensamento crítico, a perseverança. Essas são algumas das práticas que definem hoje, a escola, no Mundo, no Brasil e no RN.

Para ampliar tais compreensões, o presente texto objetiva refletir e discutir, a partir de uma abordagem qualitativa, os desafios e as soluções inabituais criadas como alternativas para reduzir os efeitos dessa situação inédita, no âmbito dos estabelecimentos de ensino da rede estadual do RN, circunscritos a 9ª Diretoria Regional da Educação e da Cultura, com sede em Currais Novos – RN integrando parte da rede pública, através da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer.

Diante disso, balizamos como procedimento teórico-metodológico a pesquisa qualitativa em educação. No contexto da investigação, foi realizada uma revisão bibliográfica com base nas proposições de Zabalza (1994), Imbernón (2000), Freire (2002), Cunha (2008), Brasil (2018), dentre outros. A partir dessas leituras, podemos depreender limites e possibilidades para a educação do RN no contexto pandêmico.

Dividiu-se essa exposição em dois tópicos: no primeiro, discute-se a inovação da educação no contexto da pandemia; no segundo, trata-se dos resultados e discussões apresentando um recorte de práticas vivenciadas e as possibilidades para a retomada do currículo, presencialmente.

2 A INOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

A reconfiguração do mundo do trabalho chegou à escola estabelecendo nova dinâmica: global, complexa, volátil e desafiadora. As variadas demandas dessa realidade do século em que estamos exigem dos profissionais flexibilidade cognitiva e agora ainda mais. Com a chegada surpreendente da pandemia foram necessárias as tomadas de decisões. Em momentos de crise, elas são inevitáveis, com a educação e escola não foi diferente das demais áreas.

Os profissionais se abriram para pensar novos processos no movimento do currículo das escolas, novas estratégias, metodologias dando movimento às aprendizagens ativas, embora remotas, incluindo a educação híbrida, dando força propulsora a novas e possíveis possibilidades, inclusive, gratuitas, dadas pela Revolução Digital, na escola. Metodologias inovadoras como *gameificação*, *design thinking*, sala de aula invertida, aprendizagem móvel, PBL (Aprendizagem Baseada em Problemas), cultura *maker*, entre outras, estão entre as práticas desenvolvidas nas escolas, com reflexo nas práticas de ensino.

Concordando com algumas das ideias de Sacristán (2000, p. 15) quando diz que “o currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização, que se atribui à



educação escolarizada”, o Estado do RN assume uma perspectiva de currículo cujo centro é o processo de aprendizagem. O Documento Curricular do RN apresenta o currículo como um: [...] conjunto integrado e articulado de vivências e experiências que possibilitam aos estudantes mobilizar e ampliar seus saberes em torno dos objetos de conhecimento considerados relevantes para o desenvolvimento de habilidades e competências, que são acionadas por eles na tomada de decisões, na resolução de problemas presentes na vida cotidiana, e no exercício pleno da cidadania (SEEC-RN, 2018, p. 15).

Nesse sentido, as experiências impostas pela crise sanitária à escola, propiciaram práticas para todos os profissionais e estudantes, envolvidos no processo de educação remota. Tais práticas, permitiram novos processos da dinâmica de ensinar e de aprender, refletindo o contexto desse momento histórico e social.

Considera-se inovação pedagógica, especialmente, o fomento a práticas pedagógicas, que favoreçam a flexibilização curricular, com foco na aprendizagem do aluno, na autonomia, no pensamento crítico e na reflexão do seu próprio processo de aprendizagem e a indissociação entre ensino e aprendizagem (ZABALZA, 2021; CUNHA, 2008; MASETTO, 2004), rompendo com um ensino tradicional, mecânico e memorístico, focado na ação do professor.

O professor atua muito mais de forma colaborativa, durante o período de suspensão das aulas presenciais. Ele encontra espaço e tempo para se autoformar colaborando e ajudando outro colega de profissão. É, nessa postura de diálogo que as novas necessidades de ensino estão surgindo. Precisa-se ampliar o olhar sobre os sujeitos, profissionais e estudantes.

Para Cunha (2008), também a inovação pedagógica requer uma ruptura que permita reconfigurar o conhecimento para além das regularidades propostas pela modernidade. A inovação necessária na educação tem relação direta com as mudanças na mediação pedagógica, sobretudo, na inserção de novos materiais, recursos, atividades e, até mesmo, novas técnicas no âmbito da ação/prática pedagógica, visando alcançar novos objetivos e/ou resultados. Neste sentido, não apenas considera-se a inclusão de novidades e tecnologias, mas também uma mudança na forma dos profissionais agirem e entenderem o conhecimento.

Existem muitos tipos de inovação. A inovação tecnológica é só uma das possibilidades, assim como a disruptiva, que é aquela que muda completamente o que existia antes, criando um verdadeiro divisor de águas. No entanto, não é todo dia que conquistamos a inovação dos processos e estratégias de ensino e de aprendizagens utilizados no ensino remoto para alcançar os estudantes e continuar com algum tipo de proposição curricular, durante o período de distanciamento social, na pandemia da COVID-19.



Este texto trará a seguir o referencial bibliográfico e a análise documental utilizada na interpretação teórica/prática de como deu-se esse processo da educação remota no conjunto de 33 escolas da 9ª DIREC, revelando através da autoria e autonomia das escolas, as práticas das atividades não presenciais em 2020, que produziram inovações, práticas pedagógicas com métodos ativos de aprendizagem e evidências metodológicas de um novo movimento curricular emergencial gerado ao longo do percurso de construção da educação remota e o seu legado.

3 NOTAS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA 9ª DIRETORIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA DO RN

Diante do cenário inserido da pandemia da COVID-19, a qual levou a decisão da suspensão das aulas presenciais em dezessete de março de 2020, muitos são os desafios que variam desde a falta de formação de profissionais da educação, sobre o uso das ferramentas digitais e de suas potencialidades para ajudar no processo de ensino e aprendizagem, até aquele de garantir o alcance/acesso e participação de 100% dos estudantes. As soluções aqui relatadas das práticas pedagógicas não presenciais são excepcionais e aplicadas com muitas limitações de atuação, tanto pelas escolas quanto pelos estudantes ao considerar sua participação e devolutiva das atividades orientadas. Para melhor organizar os resultados aqui discutidos o texto seguirá por percepção do desafio, seguido das alternativas de soluções e a exemplificação de escola da 9ª DIREC.

De forma autônoma e autoral, algumas escolas da 9ª DIREC inquietaram-se diante do contexto relatado e começaram por aplicar um diagnóstico sobre o acesso ou não do estudante/família à internet através de pesquisa via *google forms* (serviço gratuito para criar formulários online) respondido, por aluno/família e por turmas (Figura 01). Assim, essas escolas tiveram parâmetros para pensar alternativas que permitissem garantir os direitos de aprendizagens de seus estudantes, e assim em um movimento de ação-reflexão-ação das tentativas e erros levaram os sujeitos da educação a seguir com o planejamento de aulas em forma não presencial.

Figura 01: Evidência do resultado da aplicação de pesquisa sobre o perfil tecnológico dos estudantes da EE de Ensino Médio em Tempo Integral Tristão de Barros (município de Currais Novos)



Fonte: EETI Tristão de Barros, 2020.

Sobre a Normatização e Organização do Tempo Escolar as primeiras orientações legais foram publicadas em cinco de abril de 2020, por meio de Instrução Normativa emitida pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), que contém orientações para o planejamento de atividades pedagógicas não presenciais com uso de tecnologias diversas tais como aquelas de natureza digitais, impressa, televisiva e/ou radiofônica na busca de superar o desafio de alcance/acesso aos estudantes. No entanto, convém salientar que tais atividades não substituem o dever em retomar os direitos de aprendizagens, após o período de suspensão das aulas presenciais.

Com a normatização posta, foi sentida por cada escola a necessidade em sistematizar momentos de planejamento e de comunicação de suas atividades à comunidade escolar, foram desenvolvidas agendas em estrutura que variava de acordo com o perfil daquela escola e de sua comunidade, de forma a ser: semanal, quinzenal ou mensal; por componente curricular da BNCC ou por área de conhecimento; por horário ou por turno.

Com a publicação de documentos orientadores e sistematizadores para a prática pedagógica, surge a reflexão sobre o que priorizar no currículo e na implementação da BNCC, diante do contexto vivenciado. A BNCC traz em seu texto dez competências gerais, as quais norteiam as aprendizagens para cada etapa e modalidade de ensino e seus respectivos níveis escolares:

1. Conhecimento
2. Pensamento Científico, crítico e criativo



3. Senso estético
4. Comunicação
5. Argumentação
6. Cultura digital
7. Autogestão
8. Autoconhecimento e autocuidado
9. Empatia e cooperação
10. Autonomia

No que está posto na Portaria-SEI N° 184, de 04 de maio de 2020, dispõe sobre as normas para reorganização do planejamento curricular do ano de 2020, orienta que a abordagem nas atividades não presenciais deva ser contextualizada e de fácil compreensão, evitando excessos de elementos conteudistas e interações explicativas, bem como a sobrecarga de atividades para os estudantes e as atividades práticas, privilegiando atividades de consolidação de conteúdos já trabalhados, com temáticas diversas e dinâmicas, inclusive relacionadas ao COVID-19, desenvolvidas por meio de metodologias de projetos de trabalho, ateliês ou com temas geradores, entre outras.

Diante dessas orientações algumas escolas buscaram através da melhoria de suas práticas, conferir mais leveza e simplicidade nas orientações de suas atividades e direcionar o planejamento nas possibilidades de atendimento às competências gerais da BNCC. Aqui, como exemplo a prática de uma professora (EETI Capitão Mor Galvão), a qual propôs uma atividade em que cada estudante realizou uma pesquisa da biografia de físicos como Isaac Newton e Albert Einstein, aliando a sua autobiografia. A partir de tal atividade foi proporcionado ao estudante trabalhar competências gerais da BNCC tais como: 1. Conhecimento; 2. Pensamento Científico, crítico e criativo; e 8. Autoconhecimento e autocuidado.

Na estrutura da BNCC cada etapa ou modalidade possui uma organização própria no que diz respeito às suas respectivas especificidades respaldadas de acordo com o desenvolvimento de cada etapa de ensino. Dessa forma cada etapa da Educação Básica tem como objetivo atingir a consolidação das aprendizagens essenciais antes de haver promoção para o ano/série seguinte. Essa orientação posta, fornece a base para o planejamento de atividades que venham a fortalecer tais aprendizagens ou aquelas que considerem aprendizagens complementares. Segue evidência de atividade realizada pela prática da professora da EETI Capitão Mor Galvão, em que propôs aos estudantes produzirem uma



releitura da obra Expressionista “O Grito” do pintor Munch, a partir da pergunta “O que nos causa medo?” (Figura 02).

Figura 02: Devolutiva de atividade proposta por professora da EE de Ensino Médio em Tempo Integral capitão Mor Galvão (município de Currais Novos)



Fonte: Retirada do Instagram do canal pessoal da professora da EETI Capitão Mor Galvão

Um desafio que preocupa toda a rede de ensino é a expectativa em garantir o alcance/acesso às atividades não presenciais pelos/para os estudantes. Algumas escolas que realizaram diagnóstico e caracterização do perfil tecnológico e acesso aos meios digitais e qualidade de conectividade dos estudantes e professores, traçaram sua estratégia de aulas remotas através de recursos tecnológicos, em que a EETI Tristão de Barros utiliza dentre suas estratégias arquivos via a plataforma virtual do *Google Classroom* (*Google sala de aula*), indicando por semana e por série que tipo de aula não presencial está programada, outras optaram por meio impresso, como a evidência divulgada pela EE de Ensino Fundamental em Tempo Integral Ester Galvão, que realizou a entrega de material impresso por meio da ação denominada “Sacola Viajante”, na qual as famílias buscam as sacolas identificadas e após prazo estipulado retornam com as devolutivas e para entrega de novas atividades.

Ao deparar-se com a realidade da limitação de conhecimento dos educadores sobre manipulação de ferramentas das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs), inicia-se um movimento de parceria interna firmando a atuação das escolas em rede, com a realização de intercâmbio na forma virtual entre escolas. Percebe-se assim, que a Intersetorialidade veio a contribuir de forma significativa, através da promoção em formações gratuitas e certificadas para os educadores em sua formação continuada profissional e pessoal. Alguns dos parceiros são: O Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), realizaram o Curso de Produção de Videoaulas e Aplicativos Google para Educação, respectivamente. Além de outras instituições locais,



regionais e nacionais que, por meio de webinários, fóruns e reuniões virtuais proporcionaram momentos formativos enriquecedores sobre uso de ferramentas virtuais.

Com tantas mudanças e reinvenções ocorrendo tanto na prática docente quanto na rotina diária de cada um que compõe a comunidade escolar, é indispensável um meio eficaz de comunicação como forma de manter todos informados acerca das atividades desenvolvidas em todas as instâncias: Secretaria de Estado da Educação, Cultura e do Lazer, 9ª Diretoria Regional e Escolas da circunscrição, afim de servir como conexão para orientação às famílias sobre sua importância em apoiar no que se refere a manter a rotina de estudos dos filhos. Foram estabelecidos então diferentes meios de comunicação dependendo da necessidade avaliada por cada estabelecimento de ensino: criação de grupos de *Whatsapp*, anúncios via carros de som, participação em programas de rádio, postagens e *lives* em redes sociais como *Instagram*, e *Facebook* entre outras possibilidades.

Mesmo com tantas ações condizentes com os objetivos de aprendizagem evidenciadas aqui, além da parceria firmada entre escolas da rede e com a ajuda intersetorial promovendo momentos formativos significativos para reinvenção da prática docente na atualidade, houve escolas que, optaram por manter atividades paralisadas, o que muito preocupou a 9ª DIREC. Assim, na busca em atender ainda mais às demandas por necessidades formativas a Regional a partir de seu setor pedagógico além de estreitar os laços com cada escola, planejou e promoveu dois ciclos de webinários, transmitido via canal institucional da 9ª DIREC no *You Tube*, através do link <https://www.youtube.com/channel/UCxJzMz-5NbWJJNzirR42iTA> com apoio da TV educativa, Rede Potiguar de Televisão - RPTV Currais Novos, contemplando de forma informativa e formativa temas que tornaram-se mais evidentes com o contexto pandêmico da COVID-19:

- I Webinar de 21 a 23 de julho de 2020, com os temas: Juventudes: Desafios e Possibilidades; Resiliência Emocional durante a pandemia e na volta às aulas presenciais; Caminhos e Perspectivas da Avaliação da Aprendizagem: provocações e reflexões; e O Currículo e os Desafios para Uma Educação Democrática, Integral e Inclusiva.
- II Webinar de 19 a 21 de agosto de 2020, com os temas: Protocolos de Biossegurança no Contexto da Pandemia: reflexões; Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia da Educação; e Habilidades Socioemocionais na Escola, Pós-Pandemia.



Além da identificação de necessidade formativa inerente a cada escola quando solicitado promovia-se outros momentos formativos direcionados ou mesmo planejados pelo setor pedagógico a partir de suas atribuições formativas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões produzidas no decorrer desse trabalho, ressaltamos que esta pesquisa evidencia um breve relato de experiência sobre a oferta de ensino remoto no contexto pandêmico, no âmbito dos estabelecimentos de ensino da Rede Estadual do RN, circunscritos a 9ª Diretoria Regional da Educação e da Cultura.

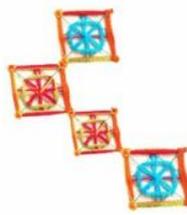
Com base no contexto investigado, ficou evidenciado o desafio enfrentado pelas escolas estaduais circunscritas a Secretaria Estadual de Educação, de Cultura, do Esporte e do Lazer do RN em garantir o alcance/acesso às atividades não presenciais pelos/para os estudantes. Algumas escolas que realizaram diagnóstico e caracterização do perfil tecnológico e acesso aos meios digitais e qualidade de conectividade dos estudantes e professores, traçaram sua estratégia de aulas remotas através de recursos tecnológicos, porém nem todas alcançaram níveis satisfatórios.

À luz dos relatos coletados, verificamos que cada escola buscou sistematizar momentos de planejamento e de comunicação de suas atividades à comunidade escolar, foram desenvolvidas agendas em estrutura que variava de acordo com o perfil daquela escola e de sua comunidade.

Foi possível entender que o ensino remoto configurou-se como um mecanismo relevante para a construção de uma pedagogia que possibilitasse a continuidade das aprendizagens dos estudantes e as suas trajetórias formativas na rede. Mesmo com tantas ações condizentes com os objetivos de aprendizagem evidenciadas aqui, além da parceria firmada entre escolas da rede e com a ajuda intersetorial promovendo momentos formativos significativos para reinvenção da prática docente na atualidade, houveram escolas que, optaram por manter atividades paralisadas, o que indica novas tomadas de decisões para possíveis orientações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, etapa do Ensino Médio, aprovada pela Resolução CNE/CP nº 4, de 17/12/2018.



BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e prática profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, M. I. **Inovações pedagógicas:** o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária. Cadernos Pedagogia Universitária, USP, 2008.

Nota técnica ensino a distância na educação básica frente à pandemia da covid-19. Análise e visão do Todos Pela Educação sobre a adoção de estratégias de ensino remoto frente ao cenário de suspensão provisória das aulas presenciais <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf?1730332266=&utm_source=conteudo-nota&utm_medium=hiperlink-download> Acesso em 16 de abril de 2020.

IMBERNÓN, F. (Org.) **A educação no século XXI.** Porto Alegre: ARTMED, 2000.

MASETTO, M T. **O professor na hora da verdade:** A prática docente no ensino superior. São Paulo: Avercamp, 2010.

RIO GRANDE DO NORTE. Portaria nº 184, de 05 de maio de 2020. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte n. 14.641, de 07 de abril de 2020. Dispõe sobre as Normas para reorganização do planejamento curricular do ano de 2020, com a finalidade de orientar os Planos de Atividades e a inclusão de atividades não presenciais na Rede Pública de Ensino do Rio Grande do Norte, em regime excepcional e transitório, durante o período de isolamento social motivado pela pandemia da COVID-19. Natal, RN, 2020. Disponível em: <http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200505&id_doc=681841> Acesso em: 25 set. 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. Instrução Normativa nº 01/2020, de 05 de abril de 2020. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte n. 14.641, de 07 de abril de 2020. Dispõe sobre regime excepcional e transitório, de atividades escolares não presenciais nas instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, atendendo às decisões de isolamento social definidas pelo Governo do Estado com o fim de evitar e combater o avanço da pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19). Natal, RN, 2020. Disponível em <http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200407&id_doc=679468> Acesso em: 25 set. 2020.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ZABALZA, M. A. **Diários de aula:** contributos para o estudo dos dilemas práticos dos professores. Porto: Porto Editora, 1994.